

TRABALHO FINAL - RELATÓRIO

Do nada

A idéia de se fazer uma grande reportagem sobre a ética no Direito, especificamente na conduta dos advogados durante os processos, surgiu no início de 94, numa conversa com um amigo, estudante de Direito da UFSC, Giancarlo Canali. A primeira proposta de realização surgiu na disciplina de Teoria e Métodos de Pesquisa, com a professora Aglair Bernardo, também no primeiro semestre daquele ano. Na ocasião, porém, o projeto foi descrito como pesquisa de campo, e não exatamente como grande reportagem.

Quando soube da inviabilidade da utilização do jornal *Belas Ruas*, periódico de grande qualidade que circulou por quase um ano sob a minha direção editorial, como trabalho final do curso, resolvi trazer novamente à tona a idéia da grande reportagem. A partir daí, o primeiro passo foi definir o tema com clareza.

A atitude dos advogados que priorizam o cliente em detrimento à justiça, caracterizando uma conduta anti-ética, passou a ser o meu alvo a partir de então. Para ilustrar, resolvi incluir uma situação hipotética onde comparei a penalidade de uma mesma atitude para um jornalista e para um advogado.

Definido o tema, preenchi os requisitos do formulário do professor Nilson Lage para a disciplina "Técnicas de Projetos", e oficializei o projeto. Logo depois, fiz a mesma coisa para o prof. Francisco Karam, já na disciplina de Projetos Experimentais.

Mãos à Obra

O que fazer? Por enquanto, eu só tinha um enunciado, uma questão, e dali teriam que sair 20, 30 laudas com embasamento, com lógica, com desenvolvimento, enfim, teria que ser produzida a reportagem. Por onde começar?

A afirmação do professor Nilson Lage me amedrontou um pouco: "Eu nunca vi uma reportagem sobre ética. Mas, em todos os casos... Se você quiser, vale a pena tentar". Realmente, algumas vezes senti a dificuldade da elaboração da reportagem. Mas, por que não? Passemos adiante...

Conforme aprendi, nas aulas ou por intuição, achava que uma boa reportagem deveria ser feita com preparo. Ou seja, não bastava eu marcar uma entrevista com o advogado Fulano, fazer meia dúzia de perguntas, e pronto. Ainda mais se tratando de advogados e juízes, que eu suspeitava que pudessem querer me enrolar com termos jurídicos complicados, que quisessem entrar naquela brincadeira de ficar citando artigos dos códigos de Direito, frases em latim, enfim, coisas que pudessem me impedir de chegar onde queria. Então, estruturei a minha grande reportagem em algumas fases.

Todas com o mesmo nível e importância. A primeira: a bibliografia, que iria dar sustentação teórica ao trabalho. Com o que foi escrito por nomes respeitados, inclusive do próprio Direito, eu poderia emparelhar ou até mesmo

contrapor com o que conseguiria com algumas entrevistas, ou comentar casos reais que exemplificassem a conduta.

Em setembro, realizei esta primeira etapa. No final de agosto, contactei o colaborador da Folha de São Paulo na coluna *Letras Jurídicas*, advogado Walter Ceneviva, especifiquei o tema da minha reportagem, e solicitei uma bibliografia que pudesse conter um bom conhecimento sobre o assunto. Foi muito bem atendido, e só devo elogios e agradecimentos a esta rápida porém substancial colaboração do Dr. Ceneviva. Pois bem, ele me enviou uma lista de mais 70 publicações, todas sobre ética no Direito. Do total, encontrei 14 livros nas Bibliotecas da cidade, que incluem a Biblioteca Pública, a Biblioteca Universitária, a Biblioteca da OAB e a Biblioteca do Tribunal de Justiça. A estes livros, somei algumas fotocópias de textos sugeridos pelo meu colega Giancarlo Canali, parte integrante da disciplina de Ética, ministrada no Departamento de Direito da Universidade Federal. Dentre todo esse material, um livro foi muito interessante, e o que me deu mais segurança de que o assunto de minha reportagem era totalmente procedente. Foi a primeira vez que vi a minha questão (na verdade, a questão já existente há mais de século) estampada nas páginas de um livro de Direito, de um autor conhecido: "O advogado e a moral", de Maurice Garçon. Todo o material foi lido, finalizando a primeira parte.

Antes da segunda fase, um problema. De setembro e outubro, a reportagem progrediu lentamente devido a um impasse na orientação do projeto. Sobre este assunto, não quero me alongar. O que posso dizer é que, em parte devido a este problema, esta reportagem não teve um orientador, literalmente.

O segundo passo veio no final de outubro. Pesquisei nas bibliotecas da OAB e do Tribunal de Justiça a jurisprudência brasileira que tivesse exemplos que pudessem dar consistência à reportagem. Essa primeira pesquisa se resumiu a uma tarde, pois percebi que, através da jurisprudência, não conseguiria os dados que julgava suficientes para exemplificar um caso. Depois desta pesquisa, também realizei uma procura detalhada na hemeroteca do curso de jornalismo, nas revistas VEJA, de 1980 à 1994, e coletei reportagens das seções de *Justiça* e *Polícia* que pudessem ilustrar o trabalho. Com todo esse material em mãos, já sentia que o texto poderia começar a ser redigido, além de me sentir mais preparado para as entrevistas.

Cara a Cara

A terceira parte era as entrevistas, o material realmente consistente da reportagem. Em conversa com meu amigo Giancarlo, consegui os primeiros nomes da lista de entrevistados. A estes nomes, somei mais algumas sugestões do meu orientador, professor Moacir Pereira. O rol incluía o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o presidente do Fórum de Justiça de SC e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Para mim já seria o suficiente, três nomes de peso. Mas, ao final, resultaram mais de dez entrevistados. Resolvi colher a opinião do advogado e também deputado João Henrique Blasi. De ex-presidentes da OAB e advogados de renome, como Amauri Ferreira e Silveira Lenzi. Um desembargador que já presidiu, por

mais de um ano, a primeira vara criminal do Estado (Newton Macedo Machado). Enfim, a lista de entrevistados ultrapassava os 20 nomes. Mas, devido à resistência apresentada por algumas secretárias e à minha própria seleção, alguns nomes foram sendo dispensados.

O primeiro dia de entrevistas foi 07 de novembro, e o último 20 de novembro. Durante 20 dias, redigi a grande reportagem, sem muitos problemas, que totalizou 42 laudas. Dia 12 o material deveria estar nas mãos de todos os membros da banca, e dia 14 de dezembro, às 14 horas, deveria ser apresentado no curso de jornalismo.

Olhando a reportagem agora, de fora, fico satisfeito com o principal: a idéia foi passada. E, para minha felicidade, os dois lados foram expostos. Talvez, os três lados. Ou quatro, cinco, ... A verdade é que esta questão, por ser emblematicamente teórica, requer a visão e a consequente explicação por vários ângulos. Alguns livros me apontavam uma questão que deveria ser levada em conta quando tratasse deste assunto. Outro entrevistado me apresentava outra questão. Um terceiro respondia com base em outro argumento. Enfim, tive que procurar estudar caso a caso, ver quais realmente procediam e, a partir daí, preencher as lacunas deixadas pelos entrevistados.

Quanto às entrevistas, eu tinha duas alternativas. Ou realizava uma grande enquete, sem me aprofundar no assunto, apenas constatando uma realidade. Ou selecionava meus entrevistados e me aprofundava na questão, com entrevistas mais longas. Escolhi a segunda.

Meu orientador disse que o tom teórico predominava na reportagem, apontando isso como um defeito. Pode ser. Pediu-me ele que relatasse um julgamento. Pos bem, colhi mais de dez julgamentos, todos em Tribunal de Júri. A maioria com mais de 100 páginas só contendo o discurso de acusação e defesa. Vale a pena colocar? Reduzi um caso, o mais interessante e mais caricatural - o julgamento do Tenente Bandeira - a cerca de 20 páginas. Apesar de achar que a intercalação influiu no ritmo da polêmica, que desenvolvia-se bem sem a inserção da história do julgamento, resolvi arriscar. Então, devolvi o texto às pessoas que tinham lido a reportagem anteriormente, para colher suas opiniões. Unanimemente, preferiram com a inserção do julgamento. Aprovado.

O Durante

Antes, a bibliografia, que me fez pensar, ler livros inteiros para extrair, muitas vezes, um único parágrafo.

Depois, a redação, o encadeamento, as palavras, a estrutura, o sentido, a gramática correta, e o cuidado de manter-me na mesma linha de pensamento, sem desviar da rota, sem confundir o leitor, sem deixá-lo desistir da polêmica.

O durante, o mais estressante, porém o mais interessante. Conseguir as entrevistas foi o mais difícil. Em algumas delas, nem a resistência das secretárias me venceu. Queria porque queria o entrevistado na reportagem. Foi o caso do desembargador Tycho Brahe, presidente do Tribunal de Justiça de SC, e do presidente da OAB, que cheguei a ligar insistentemente até para sua residência, encontrando-o finalmente depois de algumas sucessivas tentativas. O nome da sua secretária sei de cor: Alexandrina.

A pior entrevista: a do advogado Carlos Alberto Silveira Lenzi. Com um imenso desrespeito, singular entre todos os entrevistados, Silveira Lenzi mostrou uma pressa agonizadora durante a entrevista. Se durou 10 minutos, foi muito. De conteúdo, talvez tenham rendido uns 2 minutos. Não respondia direito, fazia-se de desentendido em algumas perguntas, enfim, um desastre. Atendeu-me ele de pé, dizendo-se atrasado, apesar de ter assumido compromisso com a entrevista. Uma pena. Deixou-me uma péssima impressão.

A melhor entrevista: a do doutor presidente Tycho Brahe. O contrário simbólico de Silveira Lenzi. Apesar de difícil de se chegar até ele, a estadia em seu escritório de luxo foi recompensadora. Calmo, apesar de atrasado para uma audiência, me atendeu com uma cordialidade surpreendente. Respondeu a todas as minhas perguntas de modo claro, procurando dar o embasamento teórico suficiente, com direito a cafezinho e tudo mais. No final da entrevista, chegou a me sugerir alguns livros. O que me deixou um pouco decepcionado foi sua opinião, que eu julgava que fosse um pouco mais ética do que realmente foi. Mas, no balanço final, excelente entrevista.

Evilásio Caon também me atendeu muito bem e respondeu com muita consideração, calma e lógica à todas as minhas perguntas. Amauri Ferreira também foi um entrevistado agradável. Foi o que me deixou mais à vontade, criando um clima descontraído de beira de piscina no seu escritório.

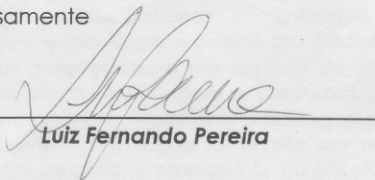
O doutor Newton Macedo Machado foi também um dos melhores. Sem cerimônia, puxou uma cadeira junto à minha e respondeu a todas as perguntas. Um pouco amedrontado com o gravador, que sempre olhava com o rabo do olho antes de pronunciar suas respostas exemplares. Entre as opiniões éticas da reportagem, destaco a do desembargador Newton Machado e da professora Geanine Nicolazzi.

Geanine foi a mais solícita de todas. Recebeu-me em sua casa, e fez questão de dar a entrevista, sem medo de refutar a mais alta autoridade, por mais correta que parecesse sua opinião. Foi direta, ética, e inquisidora. Questionou várias vezes a própria universidade, onde se formou e onde atualmente leciona, e a própria profissão.

Ao final do processo, duas satisfações e a expectativa de uma terceira surgiram. A primeira: ver que o assunto que, no início da jornada, estava apenas subjetivamente na minha cabeça, se desenvolveu e percorreu a mais alta roda das autoridades de direito catarinense, transformando-se nesta reportagem de qualidade. A segunda: ver que as pessoas que leram o texto, entenderam perfeitamente a idéia e chegaram à conclusão pretendida.

O que me resta agora é a expectativa acerca da opinião dos professores, membros da banca examinadora deste trabalho.

Atenciosamente



Luiz Fernando Pereira